

Às vezes o primeiro: Rastros de *Bento Teixeira na historiografia* *da literatura brasileira*

Daniel Fernando Gruber⁴⁸

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Resumo

Bento Teixeira (1561-1600) foi autor do primeiro poema produzido em território brasileiro, denominado *Prosopopeia*. Nele se apresenta os primeiros versos a retratarem a nova terra, motivo suficiente para integrar seu nome à ponta mais distante de uma história da literatura luso-brasileira. A historiografia reconhece que o conjunto de obras denominado “cânone” é uma construção subjetiva e seu movimento de delimitar o *corpus* das histórias da literatura brasileira varia de autor para autor, em especial a definição daquilo que se entende por “origem da literatura nacional”. As histórias da literatura nacional são, em geral, apegadas à ideia de origem e a autores com precedência em algum aspecto histórico. Neste trabalho, buscou-se rastrear a figura do poeta quinhentista entre algumas das mais expressivas histórias da literatura brasileira escritas entre os séculos XIX e XX, apresentando o modo como foi posicionado no cânone, às vezes como precursor, às vezes como mero representante da escola barroca, ou ainda ignorado. Nota-se que, na maioria das vezes, não é atribuído a ele valor literário, e muitos o colocam num patamar da história da literatura que ainda não é brasileira, mas luso-brasileira, mesmo seus versos apresentando, à luz da literatura portuguesa, os primeiros elementos do nativismo.

Palavras-chave

Literatura brasileira. Historiografia da literatura. Barroco. Bento Teixeira.

⁴⁸ Doutorando em Escrita Criativa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS (Porto Alegre), mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS) e graduado em Comunicação Social pela mesma universidade. Bolsista CNPq.

Introdução

Figura bastante controversa, Bento Teixeira (1561-1600) foi um cristão-novo nascido no Porto, autor do primeiro poema laico, do gênero épico, produzido em território brasileiro e impresso em Portugal. A *Prosopopeia*, publicada em Lisboa um ano após a morte de seu autor, narra os feitos bélicos de Jorge de Albuquerque, então donatário de Pernambuco, e descreve o recife naquele litoral e outras paisagens da região. Nele se apresentam os primeiros versos que retratam a nova terra, motivo suficiente para integrar o nome de Teixeira à ponta mais distante de uma possível história da literatura brasileira (ou luso-brasileira).

A vida deste intelectual é rodeada de episódios singulares: fundou uma escola em Ilhéus, assassinou a própria esposa por conta de infidelidades, foi perseguido pela Inquisição por realizar práticas judaizantes, traduzir trechos da Bíblia para o português, ler livros proibidos e dizer blasfêmias, e escreveu no cárcere, onde morreu sem ver sua obra publicada (NOVINSKY, 2015, p.215-220). E, mesmo tendo vida e obra tão curiosas, é praticamente desconhecido da maioria dos leitores e estudantes, ignorado por grande parte da crítica e dos historiadores da literatura.

A historiografia da literatura brasileira reconhece que o conjunto de obras denominado “cânone”, forma de seu objeto de estudo, é uma construção subjetiva e, muitas vezes, meramente pessoal do crítico ou do historiador. Seu movimento de delimitar o *corpus* de abrangência do estudo varia de autor para autor, em especial a definição daquilo que se entende por “origem da literatura nacional”.

Como lembra Enrique Rodrigues-Moura (2009), as histórias da literatura nacionais são, em geral, apegadas à ideia de origem e àqueles autores que precedem na literatura em algum aspecto; seja o primeiro livro escrito em território nacional, primeira obra de um escritor nascido no país, primeira mulher a escrever, primeiro autor integrado a um sistema literário, primeiro poeta, primeiro romancista, obra inaugural de algum gênero, escola, período, século, etc. São informações de datas, nomes e lugares que servem para situar cronologicamente o conjunto de uma literatura, facilitando institucionalizá-la ou didatizá-la. Há, claro, valor histórico nesses dados, mas não quer dizer que determinada obra, precedente em algum aspecto, tenha valor estético para o conjunto. Muitos críticos e historiadores ressaltaram esse detalhe, mas outros sequer chegaram a ler as obras que listavam.

Dessa forma,

A historiografia e crítica literárias brasileiras fizeram muitos esforços no passado – mormente no século XIX – para localizar a “origem” da Literatura Brasileira e para compilar o seu corpus canônico. Era importante descobrir que autor nascido em terras do atual Brasil publicara em primeiro lugar um texto literário. (RODRIGUES-MOURA, 2009, p.31).

De acordo com esses estudos, a primeira obra literária impressa de um autor nascido no território que hoje é o Brasil não foi Bento Teixeira, como se costumava pensar até recentemente, mas Manuel Botelho de Oliveira. Comprovou-se que Bento Teixeira nasceu no Porto, e não em Pernambuco, onde viveu e escreveu. Foi Gilberto Freyre, em 1925, ao analisar os processos da *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (Denúncias da Bahia 1591-1593)* publicado por Capistrano de Abreu, o primeiro a observar que um dos interrogados, um cristão-novo português de nome Bento Teixeira, era o mesmo autor da *Prosopopeia*. Outros pesquisadores notaram, inclusive, que o poeta já se denunciava na estrofe 66 de seu épico, ao informar sobre um conhecido torreão na cidade do Porto. Segundo Rodrigues-Moura:

E se determinais a cega furia,
Executar, de tam feroz intento,
A mim fazey o mal, a mim a injuria,
Fiquem liures os mais de tal tormento.
Mas o Senhor que assiste na alta Curia .
Hum mal atalhará tam violento,
Dandonos brando Mar, vento galherno,
Com que vamos no Minho entrar paterno
(TEIXEIRA, 1873, p.30)

No presente trabalho, buscou-se rastrear a figura do poeta quinhentista entre algumas das mais expressivas obras de história da literatura brasileira dos séculos XIX e XX, a fim de expor a forma como ele é posicionado no cânone, às vezes como precursor da literatura do país, às vezes simplesmente ignorado. Pode-se notar, ao final da análise, que não é atribuído a ele qualquer valor literário, e muitos críticos o colocam num patamar da história da literatura que ainda não é brasileira, mas luso-brasileira, mesmo que seus versos, à luz das letras portuguesas, apresentem os primeiros elementos do nativismo que seriam importantes para o surgimento do nacionalismo. Seu valor é sempre atribuído ao registro histórico, como peça de uma sondagem pela origem da literatura no país.

1. Revisão do passado e busca pela origem

Aprende-se com os livros didáticos que a formação dos estados nacionais europeus teria decorrido das transformações sociais do século XIX. Contudo, historiadores e culturalistas (entre eles historiadores da literatura) insistem em ressaltar que a sedimentação da identidade nacional é um processo *continuum*, não estando resolvido até hoje em muitos desses países.

Consequentemente, em países coloniais, este problema é agravado pelas questões inerentes ao próprio processo colonizatório: choque e imposição de culturas, miscigenação, particularização da língua-mãe, etc. Em países de territórios vastos, como é o caso do Brasil, soma-se a diversidade climática, topográfica, fronteiriça. E se a questão da paisagem tropical era, ainda no século XIX, um dos elementos reivindicados para a formação identitária do país, tampouco hoje é um problema resolvido, pois sabemos que a paisagem não serve para seus habitantes se reconhecerem como povo unitário. Mas tal critério foi determinante para o sentimento independentista através da literatura durante os primeiros anos após a proclamação da independência. Tal aspecto determinou, em menor ou maior grau, a forma como os primeiros historiadores da literatura constituíram nosso cânone.

Achugar (2003) lembra que “as sociedades-latino-americanas que emergiram da ordem colonial construíram novos imaginários sobre a base de projetos de alcance nacional e/ou regional” e, dessa forma, “reformularam os imaginários pré-existentes” (p.35). Daí a importância de se construir um novo imaginário nacional, através da literatura havia. A independência era, como define o autor, não só um enfrentamento militar, mas também discursivo. Além das transformações econômicas e sociais do período pré-republicano, fazia-se necessário uma “reescritura ou reordenamento, precisamente da ordem simbólica” (ACHUGAR, 2003, p.36).

Nesse espaço a ser preenchido, notabilizou-se a atividade dos historiadores da literatura, grande parte deles engajados em um projeto de nação. A forma como coletaram os acontecimentos progressos do país e constituíram uma cronologia não pode ser descolada de sua posição precisamente *dentro* da história. Motivo pelo qual entende-se as histórias da literatura brasileira contadas a partir daí como narrativas, no sentido amplo do termo, como um discurso que se vale do tempo e do estabelecimento de um começo, isto é, de um mito fundador.

É parte da constituição de um imaginário a busca pelo começo, pois pela origem se define o que ou quem está dentro e fora de uma seleção. Se uma história – e especialmente uma história da literatura – é também uma narrativa, ela necessita de um ponto de partida, pois tudo o que se conta, se conta a partir de onde começou. A origem é uma forma de capturar no passado um momento de transição e anunciar uma nova era ou época. Essa origem nunca é estanque, e está sempre posta à prova por pesquisadores que retornam ao passado. A revisão da história leva a se “postular a multiplicidade de relatos e de sujeitos” (ACHUGAR, 2003, p.37). Uma revisão do passado surge da necessidade de um povo conhecer suas origens, averiguar filiações e pertenças e de precisar o momento inicial de uma coletividade.

Buscar essa origem do estado-nação não é simples, da mesma forma como não foi simples o esforço daqueles que se empenharam em fundar novos países. Os movimentos fundamentalistas se deram pelas armas e pelas letras, mas, mesmo nas literaturas, estiveram imbuídas desse espírito bélico, tal qual nas épicas militares latino-americanas. O esforço fundacional de que fala Achugar é um esforço da memória coletiva, um “campo de batalha onde o presente debate o passado como um modo de construir o futuro” (p.46), que não quer revisar o passado, mas construir um novo futuro.

Os indivíduos que integravam esse discurso também formaram seu nacionalismo a partir de sua própria concepção de identidade nacional, e formavam uma ordem ritual que implicava aderir e ser leal a esse projeto ideológico. A criação de poemas, imagens, hinos, moedas e monumentos foram parte desse rito, operando como elemento central do esforço de fundação. Dessa forma, no centro da enunciação do discurso independentista há o letrado, que é fiel ao poder político e militar (e às vezes religioso) e o legitima. Nesse aspecto, os letrados celebram o militarismo e sustentam um discurso historiográfico que toma a ação bélica como fundadora das nações.

Mas se o “templo da memória” é a história, como afirma Ettore Finazzi-Agrò (2013, p.17), constituir uma nação depende de reconstruir uma sequência de fatos e eventos que a formaram como tal, e costurá-los no tecido do tempo. Nesse sentido, os fundadores (escritores, historiadores e historiadores da literatura) pouco se importaram em se tratar de uma mitificação. Pelo contrário, é a partir de um mito de origem que eles iriam fundá-la. Criar a história de uma nação é encontrar sua pedra da memória. No caso específico do Brasil, o esforço dos letrados se erigiu a partir dos elementos de continuidade presentes no solo brasileiro, mais precisamente a língua e a literatura. Era

também um “ambiente destroçado”, como ressalta Finazzi-Agrò (2013, p.18), uma vez que não se tinha uma língua única, mas, em termos de oralidade, uma variedade infinita de dialetos.

Há, portanto, uma cisão entre a história universal (eurocêntrica) e a história da nova terra, que, enquanto corre no tempo estrangeiro, forma uma incongruência sequencial, uma dobra entre o tempo colonial e o nacional. Essa divisão torna praticamente impossível uma continuidade, por exemplo, da língua e da literatura portuguesa. Mas também não forma, por sua vez, uma identidade nacional, conquanto se escreve com a língua de fora e, no caso dos primeiros letrados, se produz ou publica fora, ou se produz aqui com criação e educação de lá⁴⁹. Tais literatos não manifestavam nenhuma consciência de identidade nacional e eram tributários tão somente a modelos da tradição ibérica. Trata-se, portanto, de um impasse historiográfico que foi resolvido de formas diversas pelos historiadores da literatura que começaram a surgir no século XIX, com seus *parnasos*, *florilégios* e *bosquejos*⁵⁰. A escolha dos elementos que são e que não são nacionais leva à formação de um construto, um imaginário mitificado.

2. Primeira geração de historiadores – século XIX

Antonio Candido coloca o escritor português Almeida Garrett e o historiador francês Ferdinand Denis na ponta da historiografia da literatura brasileira. Embora tenham surgido antes críticas literárias sobre escritores daqui, como as do bibliógrafo português Diogo Barbosa Machado (*Biblioteca lusitana, histórica, crítica e cronológica*, 1741), do alemão Friedrich Bouterwerk (*História da poesia e eloquência portuguesa*, 1805) e do francês Simonde de Sismondi (*Sobre a literatura do meio-dia da Europa*, 1813), até a publicação de *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, de Garrett, em 1826, “ninguém havia percebido traços peculiares nos escritos de autores nascidos aqui, tácita e justamente dissolvidos no patrimônio português” (CANDIDO, 1975, p.304). Nas palavras de Candido, Almeida Garrett foi o primeiro a não apenas salientar os brasileiros, mas a formular a ideia de que os autores

⁴⁹ Bento Teixeira, tido por alguns historiadores como nosso primeiro poeta, nasceu e editou sua obra em Portugal. Gregório de Matos e Manuel Botelho de Oliveira, poetas da geração seguinte, nascidos aqui, estudaram em Coimbra. A obra de Gregório não foi editada, e a de Botelho foi impressa e circulou principalmente em Portugal (RODRIGUES-MOURA, 2009).

⁵⁰ Nomes dados por eles às antologias de autores nacionais reunidas nesta época, geralmente precedidas de um ensaio sobre a história e atual situação da literatura até aquele momento.

nacionais deviam escrever seguindo as sugestões da terra, substituindo a mitologia do classicismo europeu pela realidade local.

Em seu pequeno *Bosquejo*, Garret parte da afirmação de que a língua portuguesa surgiu (entre as diversas línguas autônomas da Península Ibérica) com a poesia, particularmente com os trovadores medievais. Quando fala do Brasil, parte de Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga e Basílio da Gama, mas é interessante notar que não está falando de literatura brasileira, nem sequer de escritores brasileiros, mas de portugueses cujas “majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo” (GARRET, 1998, p.56).

O primeiro brasileiro a falar de literatura brasileira e de efetivamente esboçar um movimento no sentido de historiografar a produção literária no país foi o escritor e pesquisador Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicou uma coletânea de poemas intitulado *Modelações poéticas*, em 1841, na qual o ensaio introdutório, *Bosquejo da história da poesia brasileira*, faz a primeira ordenação cronológica de poetas brasileiros àquela época. Este *Bosquejo*, à semelhança daquele de Garret, divide as produções literárias em períodos, com comentários sobre seus autores e, em alguns casos, sobre a obra. Para a primeira época da literatura, intitulado por ele “Desde o descobrimento do Brasil até fins do século XVII”, Joaquim Norberto escreve o seguinte:

O primeiro de nossos literatos, segundo a ordem cronológica que observamos, é Bento Teixeira Pinto, nascido nos últimos anos do século XVI em Pernambuco, autor do *Diálogos das grandezas do Brasil*, manuscrito nunca publicado, que Antônio de Leão, e o Abade Barbosa, nos asseguram conter ricas e importantes notícias assim da corografia como da história do Brasil; de um poema intitulado *Prosopopeia*, dirigido a Jorge de Albuquerque, seu compatriota, e da *Relação do naufrágio*, que sofrera tão valente pernambucano, no qual tomou parte o nosso autor. (SILVA, 1998, p.108).

O historiador atribui a Bento Teixeira um sobrenome que não era seu – Pinto – e obras à sua autoria que, mais tarde, soube se tratarem de outros, como os *Diálogos das grandezas do Brasil* (atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão por Francisco Rodolfo Varnhagen⁵¹). De fato, Joaquim Norberto não via grandes qualidades

⁵¹Varnhagen também produziu um importante ensaio sobre a história da literatura brasileira, que acrescentou à sua coletânea *Florilégio da poesia brasileira*. Contudo, mesmo conhecendo a obra de Bento Teixeira, não cita seu nome ao levantamento, preferindo iniciar a história da poesia por Antonio Vieira.

estéticas no poemete de Teixeira, como escreve: “o único mérito que lhe damos é o ser ela produção do mais antigo literato do Brasil; o estilo é chão e peca por falta de concisão; a muita redundância de que se acha sobrecarregada assaz entorpece a leitura” (SILVA, 1998, p.109).

Foi sem dúvida Sílvio Romero o mais ilustre historiador da literatura brasileira ainda no século XIX, ao lançar seus cinco volumes da *História da literatura brasileira*, em 1888. Esta obra, além de extensa e de grande pretensão, visava não apenas indexar autores e obras como também conhecê-las, analisá-las e relacioná-las à formação cultural do país. É também um livro que versa sobre muitos assuntos relacionados à cultura nacional – discussão premente à época – e que trata não apenas de obras propriamente literárias, mas também de crônicas, relatos, sermões e tratados científicos. Estava traçando marcos não apenas literários, mas de toda a intelectualidade da nação.

Romero afirma que a literatura do século XVII é toda da Bahia, e que Pernambuco com nada contribuiu. Com isso refuta a opinião – que aparentemente circulava na crítica da época – de que houve um despertar da consciência nacional após a expulsão dos holandeses naquela capitania. Sobre Bento Teixeira, ele diz o seguinte:

Na segunda metade do século XVI existiu em Pernambuco um homem, que é, depois de José de Anchieta, o mais antigo poeta brasileiro. Falo de Bento Teixeira Pinto. A este autor atribuíra-se por muito tempo a "Relação do Naufrágio de Jorge de Albuquerque" e o "Diálogo das Grandezas do Brasil; mas sem fundamento nenhum histórico. A Prosopopeia, publicada em 2ª edição em 1601 em Lisboa, é que incontestavelmente lhe pertence. É um reduzido poemeto laudatório, dirigido ao referido Jorge de Albuquerque Coelho, governador de Pernambuco. (ROMERO, 1953, p.398)

O autor transcreve dois trechos da *Prosopopeia*, que correspondem às estrofes VII a X e XVII a XX. Sobre o primeiro fragmento, diz que “não deixa de ter uns longes de lirismo”, e sobre o segundo que “encerra uma certa dose de humor satírico, – uma censura aos reis descuidados e inúteis”. Conclui que, desde cedo, houve nos poetas e cronistas que produziram no Brasil uma dupla tendência, a descrição da natureza e do selvagem. Assim, diz ele, essa tendência cresce no século seguinte e no posterior se torna predominante. Acrescenta que “nosso nativismo tem quatrocentos anos de existência” e difere do nacionalismo de sua época por ser “em grande parte puramente exterior”, mas que tanto um quanto outro têm sido úteis como agentes de

diferenciação, que “tende a penetrar mais e mais no espírito público” (ROMERO, 1953, p.400).

Pode-se notar que tanto Joaquim Norberto quanto Sílvio Romero, ao escreverem suas histórias da literatura, estão preocupados em constituir, nas obras elencadas, uma identidade nacional. Evidencia-se aí uma preocupação característica da época em que se produziram tais histórias da literatura, às vésperas da Primeira República, em um processo de sedimentação da identidade nacional, em que se buscavam as raízes da cultura nacional por meio das produções literárias de origem, mesmo que de autores nascidos em Portugal (desde que apresentassem sinais de nativismo). Varnhagen, que também historiou a literatura nesse período, aparentemente não viu em Bento Teixeira esses sinais, ou não os considerou forte para justificar uma origem da literatura nacional.

3. Historiadores no século XX

Não há dúvidas de que o mais vultoso crítico e historiador literário do século XX foi Antonio Candido, que, em 1959, publica a *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, em dois volumes. Candido pensou o Brasil a partir de sua literatura, e tentou demonstrar que a identidade nacional foi construída a partir da literatura. Contudo, seu conceito de sistema literário, que prevê a tríade autor-obra-leitor, não permitia considerar a literatura fora desse eixo, isto é, não considerava como parte do cânone literário nacional obras que não estivessem integradas a um sistema de recepção por um público leitor, de forma que não pudessem influenciar autores futuros e não contribuíssem para uma tradição. Motivo por que chamou todas as obras produzidas e publicadas nos séculos XVI e XVII de “manifestações literárias”, e as excluiu de sua exposição histórica.

Tal concepção o levou a ser criticado por outros críticos da época e posteriores, entre eles Haroldo de Campos, que, em 1989, o acusou de “sequestrar o Barroco” da literatura nacional – uma vez que a *Formação* inicia a partir dos arcades. Entre os poetas ignorados estavam os precursores Gregório de Matos, Manuel Botelho e Bento Teixeira.

Embora Candido tenha excluído Teixeira de sua história da literatura, outros historiadores desse século reconheceram a importância do século XVII, entre eles Antonio Soares Amora, que publicou sua *História da literatura brasileira* alguns

anos antes de Candido, em 1954. Sua contribuição para o entendimento da literatura brasileira foi – como depois ressaltaria Alfredo Bosi – entender os primeiros séculos de Colônia como berço de uma literatura que chamou de “lusu-brasileira”, pois produzida à luz da tradição europeia. Não se trata de uma literatura nacional, mas também não uma literatura estritamente portuguesa, já que produzida em solo americano e influenciada pelos processos coloniais. Escreve ele:

Dos quatro capítulos da literatura dos primeiros séculos de nossa história, é a poesia aquele que melhor evidencia as três principais características desta época: paralelismo com a literatura portuguesa da Europa, inorganicidade e ressonância quase que exclusivamente no público da Metrópole. De fato: não há, a rigor, nexos históricos entre Bento Teixeira, cuja *Prosopopeia* se publicou em Lisboa, em 1601, Gregório de Matos, cuja produção, da segunda metade do século XVII, ficou inédita, e Manuel Botelho de Oliveira, que publicou, também em Lisboa, mas já em 1705, sua *Música do Parnaso*; e da obra destes poetas, intimamente ligados às tendências da poesia portuguesa da Metrópole, apenas uma parte da de Gregório de Matos alcançou imediatamente, por comunicação direta, o público brasileiro. (AMORA, 1954, p.23)

Para Amora, a obra de Bento Teixeira é reflexo inequívoco da literatura da metrópole e voltada exclusivamente para o público de lá. O poemete laudatório de Teixeira não foi escrito senão sob a influência direta e próxima d’*Os Lusíadas*, publicado em 1572. Dessa forma, ressalta Amora, é impossível compreender nosso “primeiro poema heroico” fora do ciclo camoniano. Mas isso não significa que o poeta não tenha recolhido elementos nativos no que se refere à temática. Se a forma é renascentista, ao menos o conteúdo é brasileiro, uma vez que os deuses romanos se reúnem em concílio no litoral pernambucano e Profeu adivinha a conquista daquela capitania pelo Albuquerque.

Os primeiro poetas, na opinião de Amora, já documentam a acomodação da literatura lusa à realidade cultural e paisagística brasileira, dando, desde os princípios, ares nativos. Quanto a Bento Teixeira, especificamente, Amora admite que ele atraiu a crítica histórica mais pela sua biobibliografia que por seu valor literário. “Se algum mérito se lhe pode reconhecer, é o da referida prioridade histórica; e por que não dizer, o mérito do esforço no sentido de poetizar uma matéria local inevitavelmente pobre de sentido heroico e estético?” (AMORA, 1954, p.25). Assim, a *Prosopopeia* fica na história da língua e literatura portuguesa apenas como documento do ciclo camoniano e, na literatura luso-brasileira, como registro histórico.

A acomodação teórica do conceito de literatura luso-brasileiro é, assim, evocada por Bosi, mais tarde, em sua *História concisa da literatura brasileira*, de 1970, umas das últimas grandes obras de crítica histórica do século XX. Bosi não ignora o Quinhentismo e o Barroco como faz Candido, mas o estuda apenas como processo colonizatório, responsável pela transferência de uma tradição europeia à cultura brasileira. Para Bosi, o problema das origens da literatura nacional não pode ser formulado em termos de Europa, mas a partir da afirmação de um complexo colonial de vida e pensamento:

Nos primeiros séculos, os ciclos de ocupação e de exploração formaram ilhas sociais (Bahia, Pernambuco, Minas, Rio de Janeiro, São Paulo), que deram à Colônia a fisionomia de um arquipélago cultural. E não só no *facies* geográfico: as ilhas devem ser vistas também na dimensão temporal, momentos sucessivos que foram do nosso passado desde o século XVI até a Independência. (BOSI, 2006, p.11).

Assim, os “códigos literários europeus”, somados às mensagens e conteúdos coloniais – sobretudo a literatura cronista e informativa – conferiram aos primeiros séculos de cultura nacional um caráter híbrido que, a rigor, só traria “laivos de nativismo”, mas que podem ser considerados divisor de águas do gongorismo⁵² português da produção local, que, em Bento Teixeira, abre precedentes para o início do Barroco, de influência espanhola. “Na esteira do Camões épico e das epopeias menores dos fins do século XVI, o poemeto em oitavas heroicas *Prosopopeia* (...) pode ser considerado um primeiro e canhestro exemplo de maneirismo nas letras da colônia” (BOSI, 2006, p.36). O termo maneirismo, para Bosi, se refere ao estilo à maneira de um autor consagrado, mas também, dentro de um cenário de pré-barroco, ilustração de uma tendência literária própria do Renascimento tardio. Sobre a obra de Teixeira, propriamente, Bosi diz:

A intenção é encomiástica e o objeto do louvor Jorge de Albuquerque Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, que encetava a sua carreira de prosperidade graças à cana-de-açúcar. A imitação de *Os Lusíadas* é assídua, desde a estrutura até o uso dos chavões da mitologia e dos torneios sintáticos. O que há de não-português (mas não diria: de brasileiro) no poemeto, como a “Descrição do Recife de Pernambuco”, “Olinda Celebrada” e o canto dos feitos de Albuquerque Coelho, entra a título de louvação da terra enquanto colônia, parecendo precoce a atribuição de um sentimento nativista a qualquer dos passos citados. (BOSI, 2006, p.36).

⁵² Estilo literário predominante nos séculos XVII nos países ibéricos, derivado do poeta espanhol Luis de Góngora y Argote (1561-1627). O estilo é caracterizado pela extravagância, exagero nas comparações e metáforas, desequilíbrio da composição, excesso de ornamentos e linguagem rebuscada.

Está claro que, para os historiadores do século XX, em Bento Teixeira não importa a qualidade poética, nem mais sua contribuição nativista à construção da identidade nacional, e sim sua condição histórica, como primeiro intelectual a produzir em solo brasileiro. Bento Teixeira é, à luz da historiografia recente, um monumento histórico situado sequer no começo de um cânone, a não ser como provável esboço de uma literatura vindoura, como informação de uma origem da tradição literária.

Considerações

Como lembra Sílvio Romero, a civilização brasileira não é um produto indígena, original deste solo, mas uma sociedade europeia modificada pelo elemento nativo. A origem seria, portanto, uma mera convenção, aquilo que “uma pessoa ou um grupo de pessoas decide assumir como início” (FINAZZI-AGRÒ, 2013, p.18). Estruturalmente convencionais, ou seja, arbitrários, os inícios são, em sua forma, inventados. Quase todos os pesquisadores, lembra Finazzi-Agrò, reconhecem que o início só é uma experiência enquanto mito de origem. É um mito, um conto, uma narrativa. A história, então, como “(re) construção de um *mythos* (isto é, de um modo de contar, de um “enredo” narrativo), não seria, nessa perspectiva, tanto um modo para lembrar quanto, sobretudo, uma maneira particular e necessária de esquecer” (2013, p.20).

Tal arbitrariedade pode ser questionada hoje em dia, mas não revertida. Cabe ao historiador de hoje não apenas revisar o passado, mas também revisar as narrativas históricas, os discursos históricos situados na própria história. Cabe ao historiador fazer não apenas história, mas também historiografia.

Referências

ACHUGAR, Hugo. A escritura da História ou a propósito das fundações da nação. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.). **Histórias da Literatura: teorias, temas e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. P.35-60.

AMORA, Antônio Soares. **História da Literatura Brasileira** (Séculos XVI-XX). 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1960.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 5 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. Vol. I.

GARRETT, Almeida. Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p.17-74.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. O tempo preocupado: por uma leitura genealógica das figuras literárias. In: _____. **Entretempos**: mapeando a história da cultura brasileira. São Paulo: Unesp, 2013. p.13-90.

NOVINSKY, Anita et al. **Os judeus que construíram o Brasil**: fontes inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

RODRIGUES-MOURA, Enrique. Manoel Botelho de Oliveira em Coimbra: A comédia Hay amigo para amigo (1663). **Navegações**, v.2, n.1, p.31-38, jan./jun. 2009.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. Tomo II. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Modulações poéticas. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p.89-142.

TEIXEIRA, Bento. **Prosopopeia**. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial instituto Artístico, 1873.

SOMETIMES THE FIRST: TRACES OF BENTO TEIXEIRA IN THE HISTORIOGRAPHY OF BRAZILIAN LITERATURE

Abstract

Bento Teixeira (1561-1600) was the author of the first poem written in Brazilian territory: *Prosopopeia*. It brings the first verses that represent the new land, reason enough to integrate his name to the farthest point of a history of Luso-Brazilian literature. The historiography recognizes that the set of works that he calls "canon" is a subjective construction and his movement to delimit the corpus alternates from historian to historian, especially the definition of what is meant by "origin of national literature". The histories of the national literature are, in general, attached to the idea of origin, to authors who precede in some aspect. In this work, we sought to trace the figure of the sixteenth-century poet among some of the most expressive stories of Brazilian literature written between the nineteenth and twentieth centuries, presenting the way he was positioned in the canon, sometimes as a forerunner, sometimes as a mere representative of the Baroque or even ignored. Most of the time it is not attributed to Bento Teixeira a literary value, and that many place it in a level of the history of literature that is not yet Brazilian, but Portuguese-Brazilian, although its verses, in the light of Portuguese literature, present the first elements of nativism.

Keywords

Brazilian literature. Historiography of literature. Baroque. Bento Teixeira.

Recebido em: 18/08/2017

Aprovado em: 12/03/2018